



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA  
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LUCAS ANDRÉ AGUIAR DA SILVA**

**POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E ÍNDICE DE  
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL:  
Uma análise para o município de Parnaíba nos anos 2000-2010**

**PARNAÍBA-PI  
2023**

LUCAS ANDRÉ AGUIAR DA SILVA

POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO MUNICIPAL:

Uma análise para o município de Parnaíba nos anos 2000-2010

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação de Ciências Econômicas, Campus  
Ministro Reis Velloso, Universidade Federal do  
Delta do Parnaíba como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Orientadora: Dra. Maria Helena Cortez de Melo  
Pires

PARNAÍBA-PI  
2023

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
Biblioteca Central Prof. Cândido Athayde  
Serviço de Processamento Técnico

S586p Silva, Lucas André Aguiar da  
Políticas de redistribuição de rendas e índice de desenvolvimento humano municipal: uma análise para o município de Parnaíba nos anos 2000 - 2010 [recurso eletrônico] / Lucas André Aguiar da Silva. – 2024.

TCC (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Helena Cortez de Melo Pires.

1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2. Políticas Públicas. 3. Rendas. I. Título.

CDD: 658

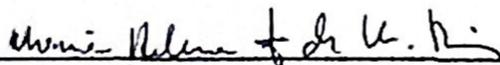
LUCAS ANDRÉ AGUIAR DA SILVA

POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO MUNICIPAL:  
Uma análise para o município de Parnaíba nos anos 2000-2010

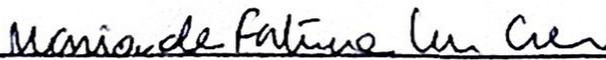
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas, da  
Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba,  
submetida à aprovação da banca examinadora  
composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 16/02/2024

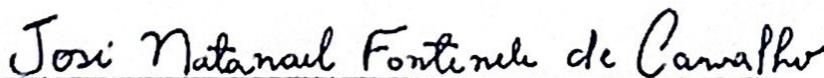
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Maria Helena Cortez de Melo Pires  
Presidente da banca



Prof.ª. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo  
Examinador



Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho  
Examinador

A Deus.  
Aos meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha gratidão a todos que me ajudaram a concluir este trabalho.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me dar força e coragem para enfrentar os desafios que surgiram durante o processo de pesquisa. Também gostaria de agradecer aos meus pais, por seu apoio incondicional e encorajamento ao longo do caminho que foram árduos, cheios de desafios e percalços.

Gostaria de agradecer a minha Orientadora, Dra. Maria Helena Cortez, por sua orientação e conselhos valiosos. Seu conhecimento e experiência foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores pelo aprendizado e que foram responsáveis mútuos com o excelente trabalho exercido no âmbito da instituição para o pleno desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Obrigado a todos novamente por sua ajuda e apoio.

“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.”

## RESUMO

A relação entre redistribuição de renda e crescimento econômico denota no interior da teoria econômica, principalmente na abordagem funcional, na ótica original dos clássicos e neoclássicos, como um dos pontos fundamentais para redução das desigualdades. Esta pesquisa teve por objetivo analisar a influência das políticas de redistribuição de renda referentes ao Índice de desenvolvimento Humano do município de Parnaíba – PI para os anos de 2000 a 2010, verificar a influência das políticas de distribuição de renda no contexto da evolução do Índice no período de tempo considerado e evidenciar de que forma as políticas de redistribuição de renda funcionam como importante instrumento de melhora no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O estudo assumiu caráter de pesquisa exploratória, utilizando-se das técnicas de revisão bibliográfica e análise documental. A análise descritiva e quantitativa utilizara dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Atlas Brasil. Os resultados apontam uma evolução considerável nos três indicadores que compõem o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, longevidade, educação e renda. Durante a década considerada, o aprimoramento e implementação de políticas públicas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família foram determinantes para a redução nos percentuais de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza. Ademais, houve redução na taxa de desocupação e elevação na taxa de atividade quando consideradas as oportunidades de inserção de jovens no mercado de trabalho. Para além da simples transferência de renda, cabe ressaltar a necessidade existente de ir além da política focalizada, fomentando a elevação dos níveis de educação e de emprego.

**Palavras Chave:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Políticas Públicas. Renda.

## ABSTRACT

The relationship between income redistribution and economic growth denotes within economic theory, mainly in the functional approach, from the original perspective of the classics and neoclassicals, as one of the fundamental points for reducing inequalities. This research analyzes the influence of income redistribution policies referring to the Municipal Human Development Index of Parnaíba – PI for the years 2000 to 2010, verify the influence of income distribution policies in the context of the evolution of the Index in the period of time considered and highlight how Income redistribution policies function as an important instrument for improving the Municipal Human Development Index. The study assumed the character of exploratory research, using bibliographic review and document analysis techniques. The descriptive and quantitative analysis used data from Brazilian Institute of Geography and Statistics, Institute of Applied Economic Research and Atlas Brazil. The results point to a considerable evolution in the three indicators that make up the Municipal Human Development Index calculation, longevity, education and income. During the decade considered, the improvement and implementation of public income redistribution policies, such as the Bolsa Family Program, were decisive for the reduction in the percentages of extremely poor, poor and vulnerable to poverty. Furthermore, there was a reduction in the unemployment rate and an increase in the activity rate when considering the opportunities for young people to enter the job market. In addition to the simple income transfer, it is worth highlighting the need to go beyond the focused policy, promoting the increase in education and employment levels.

**Keywords:** Municipal Human Development Index. Public Policy. Income.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Famílias PBF 2004/2024.....	21
Figura 2 – Dimensões do IDHM.....	24
Figura 3 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.....	27
Figura 4 – Cálculo do IDHM.....	27
Figura 5 – Localização geográfica Parnaíba-PI.....	29
Figura 6 – Evolução do IDHM do município de Parnaíba – PI.....	35
Figura 7 – IDHM Renda do município de Parnaíba – PI no intervalo entre 2000 e 2010.....	36
Figura 8 – Percentual de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza (Parnaíba – PI, 2000-2010).....	37
Figura 9 – Taxa de atividade e situação ocupacional (2000/2010).....	38

### QUADROS

Quadro 1 - Caracterização de Parnaíba quanto a População, Educação, Trabalho e Renda, Território e Ambiente.....	30
Quadro 2 – Itinerário metodológico.....	31

### TABELAS

Tabela 1 – Ranking IDHM Brasil, Piauí e Parnaíba: variação dos anos 1991, 2000 e 2010.....	33
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEPRO – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí

DH – Desenvolvimento Humano

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHE – Índice de Desenvolvimento Humano Educação

IDHL – Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade

IDHR – Índice de Desenvolvimento Humano Renda

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PBF – Programa Bolsa Família

PPC – Paridade do Poder de Compra

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Desenvolvimento humano e políticas públicas .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Políticas de Redistribuição de Renda.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).....</b>	<b>24</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Breve descrição do município de Parnaíba-PI e sua caracterização atual.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 Natureza e instrumentos da pesquisa.....</b>	<b>30</b>
<b>3.3 Itinerário Metodológico.....</b>	<b>30</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 Análise do IDHM do município de Parnaíba – PI entre os anos de 2000 e 2010 ....</b>	<b>32</b>
<b>4.2 Análise do IDHM do município de Parnaíba – PI entre os anos de 2000 e 2010 sob a ótica da renda e efeitos das políticas de redistribuição de renda .....</b>	<b>35</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme discorre Souza (2018), até a década de 1980, o desenvolvimento dos diferentes países, regiões, estados, municípios ou territórios eram mensurados através do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse contexto, embora alguns países apresentassem uma elevação em seu crescimento econômico, altos índices de pobreza e desigualdade eram persistentes. A autora discorre que países com elevado PIB podem, mesmo assim, apresentar baixos índices de qualidade de vida, seja por mortalidade prematura da maioria da população, alta taxa de analfabetismo ou outros fatores que afetam negativamente os indicadores de determinada região.

A constatação de que por si só, o crescimento econômico não provocava uma evolução no nível de qualidade de vida da população, fez com que se buscassem novas informações e indicadores capazes de refletir de melhor forma a melhoria do bem-estar da população. Com efeito, o PIB se mostrou com limitações ao longo do tempo, visto que se constatou a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial, o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial e o seu caráter unidimensional, já que o mesmo não capta outros aspectos essenciais, tais como a educação, saúde, meio ambiente, dentre outros aspectos (Guimarães; Jannuzzi, 2005).

Constitucionalmente, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades são objetivos fundamentais do país. Desse modo, uma das funções do governo no tocante à aspectos socioeconômicos é contribuir para que a distribuição de renda seja o mais justa e equilibrada. Para tanto, é fundamental a utilização de políticas públicas de que visem a redução das desigualdades.

Na década de 1990 surge o conceito de Desenvolvimento Humano (DH), que de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é definido como o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no referente às suas capacidades e oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter (Atlas Brasil, 2013). Conforme ressalta o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, o objetivo do DH é ajudar as pessoas a levarem vidas que valorizam, expandindo as suas capacidades, que vão além das conquistas de bem-estar.

A partir do conceito de DH foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador comparativo usados para os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. O cálculo do IDH considera distintas variáveis que compõem os indicadores de longevidade, educação e renda. Ele se constitui como um indicador sintético

ou social que varia entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 1, melhor o IDH. Por meio do IDH torna-se possível mensurar as condições de vida da população a partir dos subíndices: Índice de Desenvolvimento Educação (IDHE), Índice de Desenvolvimento Longevidade (IDHL) e Índice de Desenvolvimento Renda (IDHR) (Dawalibi et al., 2014; Santos; Fonseca, 2014).

Palmisano e Lima (2020) descrevem as três dimensões consideradas, a saber: a) Longevidade: a qual considera que a melhoria do DH pode permitir que as pessoas evitem a morte prematura, especialmente a partir de acesso à saúde de qualidade; b) Educação: considerando-se ser o conhecimento fundamental para a prática da liberdade individual e da autonomia; c) Renda: entendida como uma forma pela qual as pessoas conseguem garantir o alcance de suas necessidades básicas.

No referente ao IDHM, conforme discorrem Menezes e Possamai (2016), ele foi criado no ano de 1988 com o objetivo de avaliar o DH não apenas do País, mas também de suas unidades. Sua metodologia se utiliza dos censos do IBGE, realizados a cada dez anos e disponíveis para o âmbito municipal. Seus resultados servem para identificar setores que devem receber uma maior atenção dos governantes e da sociedade civil, uma vez que se permite por meio da divulgação, comparar em escala temporal a evolução ou não dos subíndices ao longo do tempo (Santos; Fonseca, 2014).

O indicador renda é considerado para o cálculo do IDHM e nesse contexto, é relevante ressaltar a importância dos programas de transferência de renda para o combate à pobreza e à erradicação da miséria (Bacellar; Freitas; Pinto, 2020). Os programas de redistribuição de renda constituem o sistema de proteção social brasileiro e visam a “transferência monetária à família ou indivíduos, transferência está, na maioria dos programas, associada as exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho” (Silva et. al. 2004, p. 48). Assim, focalizam na diminuição da desigualdade social.

No município de Parnaíba, litoral do estado do Piauí, entre as duas décadas do novo milênio, foram observados o aumento no IDHM juntamente com a implantação de políticas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, aumento real do salário mínimo, dentre outros. Desse modo, a presente pesquisa parte dos seguintes questionamentos: O movimento ascendente do IDHM no município de Parnaíba corresponde à implementação do programa Bolsa Família no governo Lula e outras políticas sociais de redução das desigualdades? Quais outras políticas foram fundamentais para o resultado?

O objetivo geral do estudo é analisar a influência das políticas de redistribuição de renda a partir do IDHM do município de Parnaíba – PI para os anos de 2000 a 2010.

Especificamente, entender o conceito de desenvolvimento humano, a partir de abordagens de diferentes autores; verificar a influência das políticas de distribuição de renda no contexto da evolução do Índice no período de tempo considerado; e evidenciar de que forma as políticas de redistribuição de renda funcionam como importante instrumento de melhora no IDHM.

Em termos de metodologia, o estudo assumiu caráter exploratório e se utilizou de revisão bibliográfica e análise documental, sendo esta última realizada a partir da busca em registros oficiais, das informações referentes à temática abordada. A abordagem utilizada no estudo foi de cunho qualitativo e quantitativo e a análise descritiva foi realizada por meio dos dados obtidos em sites oficiais do Atlas Brasil, IPEA, SENARC e IBGE.

A pesquisa encontra-se dividida da seguinte forma: na seção dois é apresentada a revisão de literatura, estruturada a partir de aspectos concernentes ao desenvolvimento humano e políticas públicas, políticas de redistribuição de renda, IDH e IDHM; na seção três são descritos os procedimentos metodológicos; a seção quatro apresenta os resultados e discussão; e por fim, na seção cinco, são descritas as considerações finais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A presente seção apresenta a revisão bibliográfica do estudo, abordando desde aspectos referentes ao desenvolvimento humano e políticas públicas a políticas de redistribuição de renda, aspectos referentes ao Índice de Desenvolvimento humano (IDH) e ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

### **2.1 Desenvolvimento humano e políticas públicas**

Conforme discorre Souza (2018), o desenvolvimento humano encontra-se diretamente ligado à qualidade de vida, visto que tem como objetivo proporcionar um aumento no bem-estar das pessoas por meio do direcionamento de recursos públicos para distintas áreas, a exemplo de saúde e educação. O direcionamento de recursos públicos que visam a expansão do bem-estar social é feito por meio da instituição de políticas públicas, estas que buscam atender as demandas sociais.

De acordo com Gor e Gitau (2010), a abordagem do Desenvolvimento Humano surgiu como uma tentativa de recolocar as pessoas no centro do discurso e das ações relacionadas às políticas econômicas e sociais. O paradigma do DH foi definido para cobrir todos os aspectos do desenvolvimento, ou seja, a ideia é de que o bem-estar humano é central para as finalidades do desenvolvimento e que os seres humanos constituem o principal recurso econômico.

Tal abordagem corrobora com a visão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2023), a qual coloca que o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para aquilo que desejam ser. Para eles, o conceito de DH parte do pressuposto de que para se conseguir um avanço na qualidade de vida de uma população, faz-se necessário ir além de um viés puramente econômico e considerar aspectos sociais, culturais e políticos que influenciam diretamente a qualidade de vida humana.

Amartya Sen ressalta que as oportunidades que um país oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania são a maior contribuição para o seu desenvolvimento, não se restringindo apenas à garantia dos direitos sociais básicos como saúde e educação, mas também, considerando-se a segurança, a liberdade, questões de habitação e também, aspectos culturais (Wentropa; Botelho, 2021).

Em sua definição o Desenvolvimento Humano é tido como o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo a liberdade o meio para se chegar ao desenvolvimento. Este requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância excessiva de Estados repressivos (Sen, 2000).

Conforme ressaltam Wentroba e Botelho (2021):

O que Amartya Sen pretende discutir em sua teoria é que a qualidade de vida humana não deve ser medida pela riqueza das nações, mas sim pelas liberdades proporcionais aos indivíduos, mas é importante ressaltar que de forma alguma, pretende desconsiderar fatores econômicos, como o aumento do produto interno bruto (PIB), mas sim, enfatizar que a partir do momento em que os governos atentam para disposições sociais, como saúde e educação o desenvolvimento é ressaltado (Wentroba; Botelho, 2021, p. 6).

Antes, o desenvolvimento populacional era costumeiramente associado ao valor do seu PIB, importante indicador para avaliação da capacidade de geração de renda de uma economia. No entanto, por refletir apenas a dimensão econômica pode ser considerado inadequado para avaliar a qualidade de vida de uma população quando o foco é o ser humano (Barros; Stroparo; Mikuska, 2020; Paulani; Braga, 2007).

Constituindo-se como instrumento para o enfrentamento de problemas públicos, assim como para a promoção do desenvolvimento, as políticas públicas se fazem importantes no contexto da sociedade (Gomide; Pereira, 2018). Conforme ressaltam Braga; Stroparo; Mikuska (2020):

Na prática de políticas públicas, o Estado cria possibilidades de desenvolvimento nas mais diversas áreas (educação; saúde; geração de empregos, entre outras) e assim, passa a interferir diretamente nas condições de vida de sua população. Podemos citar, por exemplo, as intervenções do Estado nas atividades econômicas que tem por objetivo fomentar o crescimento econômico e a redução da desigualdade social e vulnerabilidades. (Barros; Stroparo; Mikuska, 2020, p. 35).

De acordo com Cohen e Franco (2007, p. 40), “as políticas sociais têm três funções principais: a criação de capital humano, a compensação social e o apoio à integração dos indivíduos na sociedade”. Diante disso, podem ser descritas como decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam atender aos interesses de uma coletividade (Barros; Stroparo; Mikuska, 2020).

Nesse sentido, a elaboração e ampliação de políticas de redistribuição de renda são importantes no contexto do desenvolvimento humano. Ao longo dos anos, o governo tem implementado políticas de transferência de renda para os mais pobres com o objetivo de combater a pobreza e proporcionar condições de melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, a formulação da Constituição de 1988 trouxe consigo a assistência social como um direito ao cidadão, o que assegurou a este, o acesso gratuito à educação, saúde e seguridade social. Desse modo, se “inicia um processo de legitimidade das demandas sociais além de permitir uma mudança de perspectiva do assistencialismo ao campo da política pública. Tornando-se assim, uma estratégia no combate à pobreza” (Vedan; Gonçalves, 2011, p. 4).

Conforme discorrem Vedan e Gonçalves (2011), é na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que são ampliadas algumas propostas iniciadas pelo governo anterior, estando entre estas, o programa de transferência de renda chamado Bolsa Família. Os autores mencionam que houve ainda, nesse governo, a expansão da previdência no meio agrário, o que estimulou a luta para amenizar as disparidades regionais e favoreceu um processo que se iniciou de redução da concentração de renda no Brasil.

A nota técnica do IPEA (2006) ressaltou a relevância da criação dos programas federais de transferência de renda, salientando que esta foi uma das novidades mais importantes ocorridas na política social do Brasil na última década. Com o intuito de garantir uma renda mínima à população que se encontra em situação de vulnerabilidade, estes programas alcançam principalmente as famílias em que os membros adultos se encontram em idade economicamente ativa e participam – ou devem participar – do mercado de trabalho (Marinho; Linhares; Campelo, 2011).

Conforme discorrem Marinho, Linhares e Campelo (2011), em geral se supõe que os programas assistenciais do governo à população em situação de pobreza geram um maior impacto distributivo e conseguem focalizar a população mais necessitada, mesmo que algumas evidência empíricas mostrem que nem sempre isso ocorre. Para eles, se faz importante que os programas sejam seguidos por cursos de capacitação, com o intuito de romper o círculo de dependência do beneficiário em relação ao governo.

## **2.2 Políticas de Redistribuição de Renda**

As desigualdades econômicas sempre foram estudos de grandes pensadores econômicos, e as críticas voltadas para modelos econômicos que as acentuam foram fundamentais para a implementação de estratégias com vistas à diminuição do hiato entre crescimento econômico e desigualdades sociais. Como ressaltava Marx (2013, p. 721), “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto”.

Em épocas passadas, como no período do Milagre Econômico, houve no Brasil, um crescimento econômico acompanhado pela elevação da desigualdade na distribuição de renda. Desse modo, é importante salientar que não necessariamente os dois andam juntos, desde que políticas de distribuição de renda sejam direcionadas e eficientes para o combate a estas desigualdades.

As políticas públicas ocupam lugar central no debate sobre redistribuição de renda e redução das desigualdades no Brasil. Ressalta-se a Constituição Federal como o marco legal que estabelece a Seguridade Social e responsabiliza o Estado como gestor das políticas sociais, configurando-se como relevante no contexto da política social do Brasil (Bacellar; Freitas; Pinto, 2020).

Com a instituição da legislação específica que abrangeu a Seguridade Social, foram reafirmados os direitos da população, atribuindo às políticas sociais a função de promover e garantir os direitos, assim como, de prevenir sua violação. No entanto, se por um lado a CF/88 consolidou a Seguridade social e os direitos do cidadão, o quadro social do período foi diretamente influenciado pela retração dos investimentos públicos no campo social e pelo reordenamento das políticas sociais de mercado e sua perspectiva privatizadora (Yasbek, 2004).

No entanto, na década de 2000 ocorreu uma evolução na cobertura dos programas de transferência de renda no Brasil. Mesmo com eventuais problemas de focalização, verificou-se que essas transferências contribuíram para a redução da pobreza e da indigência (Rocha, 2005; Rocha, 2007).

A partir dos estudos realizados por Rocha (2007) considerando dados das PNADs de 1999 a 2002, visualizou-se um efeito relativamente modesto dos programas do governo de Fernando Henrique Cardoso – Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás – sobre os indicadores de pobreza. As simulações das transferências de renda associadas aos programas do governo Lula – Fome Zero e Bolsa-Família – mostraram efeitos mais acentuados que os programas daquele primeiro.

De acordo com a nota técnica do IPEA (2006) em sua análise para os anos de 2001 a 2004, os autores discorrem que a efetividade das transferências de renda na redução da desigualdade de renda depende dos valores dos benefícios pagos, assim como, dos graus de cobertura e do atendimento da população carente. Conforme ressaltam:

A partir das informações disponíveis na Pnad é possível distinguir três tipos de transferências públicas: (a) as pensões e aposentadorias públicas; (b) o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e (c) os benefícios do Bolsa Família e outros

programas similares, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Escola (Barros; Foguel; Ulyssea, 2006, p. 19).

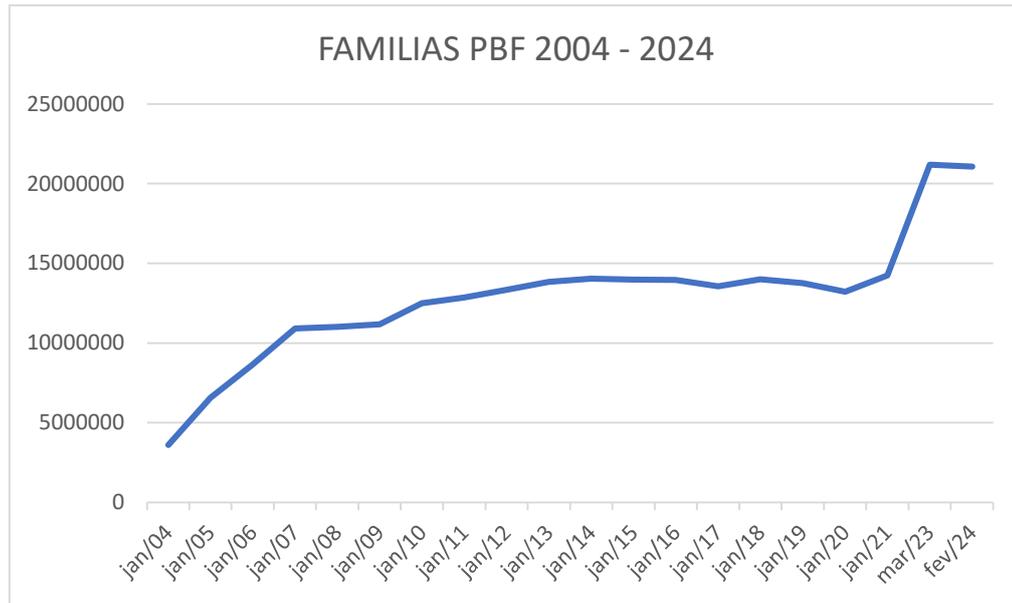
As transferências de renda para o período analisado contribuíram em cerca de um terço da redução na concentração de renda, o que mostra a importância desse fator. No entanto, como mencionam os autores, o custo das políticas é sensivelmente diferente, visto que o custo de expansão de aposentadorias e pensões foram quatro a cinco vezes superior ao custo da expansão do Bolsa Família e do BPC, o que ressalta que estes últimos se apresentam com custo-efetivo bem mais elevado no combate à desigualdade do que as aposentadorias e pensões (Barros; Foguel; Ulyssea, 2006).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi lançado, com a justificativa para enfrentamento dos altos índices de desigualdade social, bem como para ampliar os recursos para programas de transferência de renda, este que unificou inicialmente os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Vale Gás e posteriormente também integrou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Isso fez com que houvesse a exigência de que os estados e municípios, além da união, se responsabilizem pela implementação do PBF (Bacellar; Freitas; Pinto, 2020). Como mencionam os autores:

O PBF é o principal Programa de Transferência de Renda da união. Objetiva o combate à fome, pobreza e desigualdade por meio de um benefício monetário e associado a garantia de acesso aos direitos referentes a saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. Essa ligação com as políticas estruturantes se dá, entre outras medidas, pelas condicionalidades que a família deve cumprir como uma forma de contrapartida ao recebimento do valor financeiro. O público alvo do PBF é a família, composta por laços de afinidade ou parentesco, que compartilham o mesmo ambiente doméstico, isto é, a mesma residência. Objetiva a proteção social de famílias na linha da miséria com renda, por pessoa, de até R\$ 60,00 e até R\$ 120 para famílias compostas por gestantes, crianças e adolescentes de até quinze anos. (Bacellar; Freitas; Pinto, 2020, p. 73).

A figura 01 apresenta dentro do período de 2004 a fevereiro de 2024 como a abrangência do PBF nacionalmente se expandiu.

Figura 01 – Famílias PBF 2004 – 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados SENARC, 2024.

De acordo com a figura 01, em janeiro de 2004 o programa Bolsa Família beneficiava 3.615.861 famílias. Em fevereiro de 2024 o mesmo beneficia 21.066.533. (SENARC,2024)

Os programas de transferência de renda, a exemplo do PBF são essenciais para a diminuição da desigualdade social, assim como para a garantia dos direitos da população (Soares *et. al*, 2006). No entanto, cabe ressaltar, conforme discorrem Lavinias e Varsano (1997), que caso não se elaborem programas de educação e de geração autônoma de renda, a probabilidade de uma família contemplada por um programa de transferência de renda retornar à condição de pobreza com o término do programa será alta. Desse modo, algumas variáveis devem ser analisadas para que as políticas públicas se ajustem à realidade das diferentes populações dos diferentes territórios em que estas venham a ser instituídas.

Conforme discorrem Barros, Stroparo e Mikuska (2020), tão importante quanto a implementação de alguma política pública são os instrumentos de avaliação que mensurem, de algum modo, a efetividade das ações desenvolvidas, o que pode ser medido sob a forma de indicadores. Nesse sentido, tanto o IDH como o IDHM analisam o desenvolvimento humano, através das variáveis longevidade, educação e renda, e observam como alterações nessas três variáveis afetam a vida da população.

### 2.3 IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

O conceito de desenvolvimento humano, assim como o IDH foram apresentados no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o

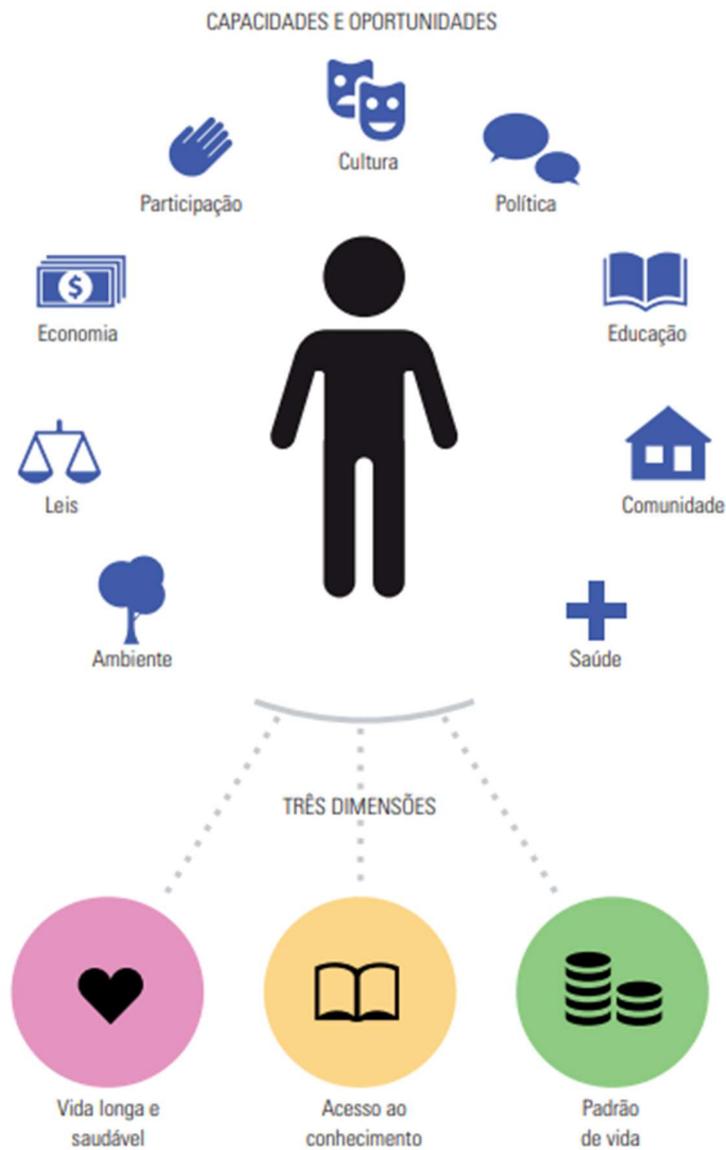
Desenvolvimento (PNUD), no ano de 1990. O índice foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista Amartya Sen (Pinto; Costa; Marques, 2013).

O índice adota como fundamentação teórica, a abordagem das capacidades elaborada por Amartya Sen, que advoga um conceito de desenvolvimento para além da renda real. Conforme ressaltam Menezes e Possamai (2016), Sen:

propõe uma visão dos propósitos humanos que não se detenha somente ao espaço do “ter”, abrangendo, também, o “ser” (beings) e o “fazer” (doings). Combinações diversas de teres, fazeres e seres correspondem à ideia de “funcionamentos” (functionings). Os funcionamentos, por sua vez, são função do conjunto de liberdades efetivas das quais os indivíduos gozam e que lhes permitem levar a vida que escolherem viver. Em outras palavras, as liberdades constituem as oportunidades reais ou a “capacidade” (capability) de o indivíduo realizar seus funcionamentos. Funcionamentos realizados é que constituem, ao fim e ao cabo, o bem-estar. (Menezes; Possamai, 2016, p. 74).

Desse modo, o desenvolvimento humano engloba dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais que proporcionam oportunidades além de um ambiente propício para que cada indivíduo exerça plenamente o seu potencial (Menezes; Possamai, 2016). A Figura 2 apresenta algumas das variáveis consideradas para o cálculo do IDH.

Figura 2 – Dimensões do IDHM



Fonte: Atlas Brasil (2013).

Como mencionam Pinto, Costa e Marques (2013, p.24), o IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: “a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, de ter acesso ao conhecimento – educação –, e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda”. Conforme discorre Souza (2008),

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. (Souza, 2008, p. 1).

De acordo com Gor e Gitau (2010), os seguintes princípios norteadores estiveram no centro da formulação do IDH:

que o novo índice mediria o conceito básico de desenvolvimento humano para ampliar as escolhas das pessoas; que o novo índice incluiria um número limitado de variáveis para mantê-lo simples e administrável; que seria construído um índice composto em vez de uma infinidade de índices separados; que o IDH cobriria as escolhas sociais e econômicas e que a cobertura e a metodologia do IDH seriam flexíveis para permitir aperfeiçoamentos graduais ao longo do tempo. (Gor; Gitau, 2010, p. 85, tradução nossa).

Para Guimarães e Jannuzzi (2005), o surgimento do IDH foi diretamente influenciado pela necessidade de suprir deficiências apontadas pelos chamados indicadores de primeira geração, aqueles de natureza bastante restrita e simplória, a exemplo do PIB e PIB per capita. Conforme discorrem:

A constatação de que o crescimento econômico não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população levou à busca de novas informações e indicadores que fossem capazes de melhor refletir a melhoria do bem-estar da população que o PIB per capita. Com efeito, ao longo do tempo, esse indicador demonstrou uma série de desvantagens, dentre as quais é possível destacar: a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial, o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial e o seu caráter unidimensional, ou seja, não capta outros aspectos essenciais, tais como a educação, saúde, meio ambiente etc. (Guimarães; Jannuzzi, 2005, p. 75).

Assim, o IDH foi formulado com o intuito de mensurar o nível de desenvolvimento de um país sob uma ótica ampla, ao invés de considerar a simples relação entre produto interno bruto e população. Ele incorpora as dimensões longevidade e educação, combinadas por um procedimento aritmético simples. A dimensão renda, por sua vez, adota um cálculo mais complexo considerando a Paridade do Poder de Compra (PPC). Como ressaltam Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 75), “o indicador deve refletir a existência de retornos decrescentes a escala no processo de transformação do rendimento em capacidades humanas”.

Enquanto o PIB reflete apenas a soma de todas as riquezas produzidas por um país, o IDH considera além da renda, as condições da saúde, educação, como essenciais para se medir o progresso de uma sociedade. Desse modo, como ressaltam Guimarães e Jannuzzi (2005), o IDH teve como mérito possibilitar a sinalização para gestores públicos de que o alcance do progresso vai além do crescimento econômico, ou seja, não é sinônimo apenas de incrementar exclusivamente a produção de bens e serviços, mas considerar aspectos como saúde e educação inclusos no processo do desenvolvimento.

#### **2.4 IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)**

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento não apenas a nível nacional, mas também das unidades federativas do Brasil, foi criado o IDHM no ano de 1988. O índice

utiliza dados dos censos do IBGE, realizados a cada 10 anos e que dispõem de informações acerca dos níveis municipal e intramunicipal. É publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios, este que reúne uma faixa de 200 indicadores socioeconômicos sobre trabalho, habitação e vulnerabilidade social (Menezes; Possamai, 2016).

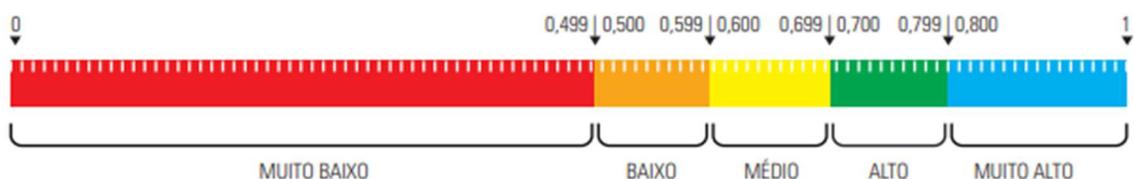
No ano de 2013, o PNUD Brasil junto ao IPEA e à Fundação João Pinheiro, assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH municipal (IDHM) dos 5.565 municípios a partir do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010 (PNUD, 2013). Foi recalculado, também, o IDHM a partir da metodologia adotada para os anos de 1991 e 2010, via compatibilização das áreas municipais com o intuito de permitir a análise e comparação temporal e espacial entre os municípios.

De acordo com Guimarães e Jannuzzi (2005), ambos os índices sintetizam as mesmas três dimensões (renda, educação e longevidade). No entanto, as principais adaptações foram feitas nos indicadores de renda e de educação para que estes indicadores envolvidos refletissem, com maior precisão, o desenvolvimento humano da população de cada município analisado.

Conforme ressalta a série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013, p. 26) “o IDHM é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal”. Assim como o IDH, o IDHM varia de 0 a 1.

O cálculo da média das variáveis (longevidade, educação e renda) gera o resultado final, este que é dividido em cinco faixas: muito baixo (0 - 0,499); baixo (0,500 - 0,599); médio (0,600 - 0,699); alto (0,700-0,799) e muito alto (0,800-1) (Souza, 2018), Figura 3.

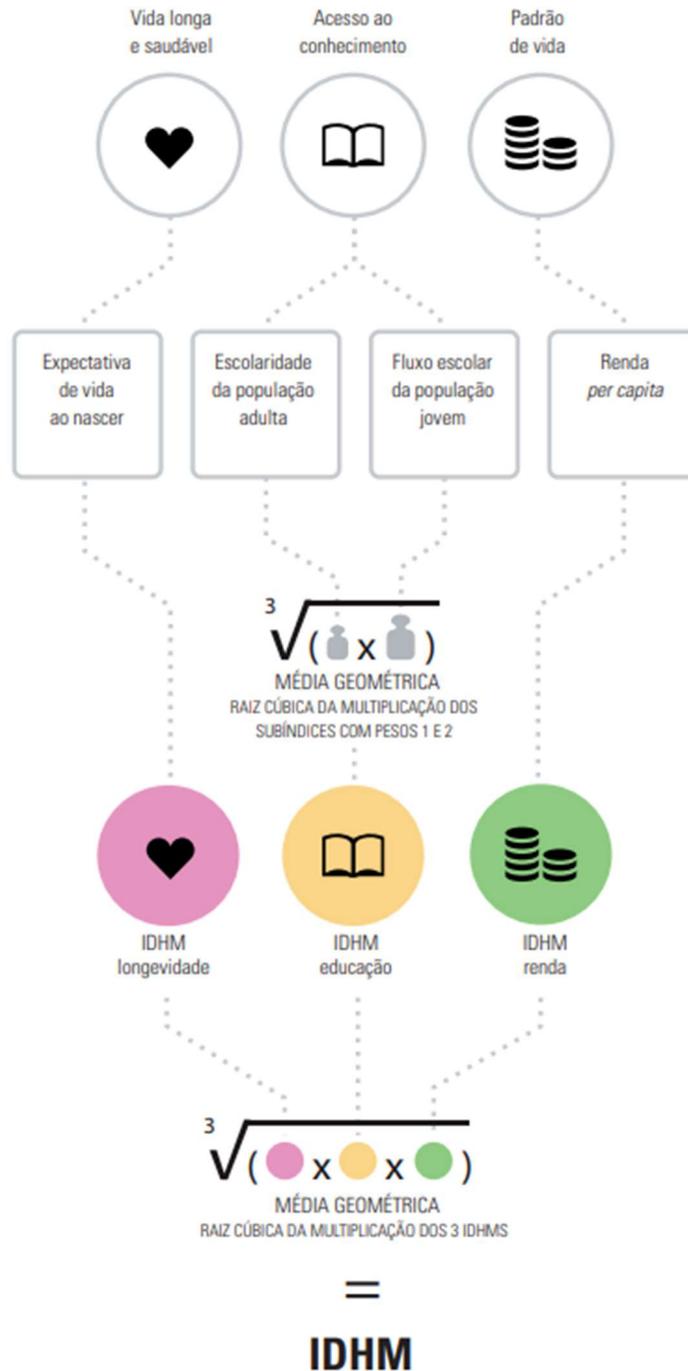
Figura 3 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Atlas Brasil (2013).

Quanto mais próximo do 1, maior o desenvolvimento humano de um município. A Figura 4 apresenta como é feito o cálculo do IDHM.

Figura 4 – Cálculo do IDHM



Fonte: Atlas Brasil (2013).

O IDHM auxilia na popularização do conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, ao invés de se ter uma visão limitada atrelada apenas ao crescimento econômico. Além disso, ao sintetizar uma realidade complexa (do município) em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação temporal entre os diferentes municípios de uma região ou outros comparativos possíveis. O ranking do IDHM funciona ainda no fomento e estímulo a formuladores de políticas públicas a nível municipal, considerando como prioridade a melhoria da vida das pessoas (PNUD, 2013).

### **3 METODOLOGIA**

A presente seção tem por objetivo descrever todas as etapas da construção da estratégia adotada para responder a problemática em tese. Para tanto, parte-se inicialmente de uma breve descrição do local do estudo. Em sequência apresenta-se a natureza, amostragem e instrumentos da pesquisa.

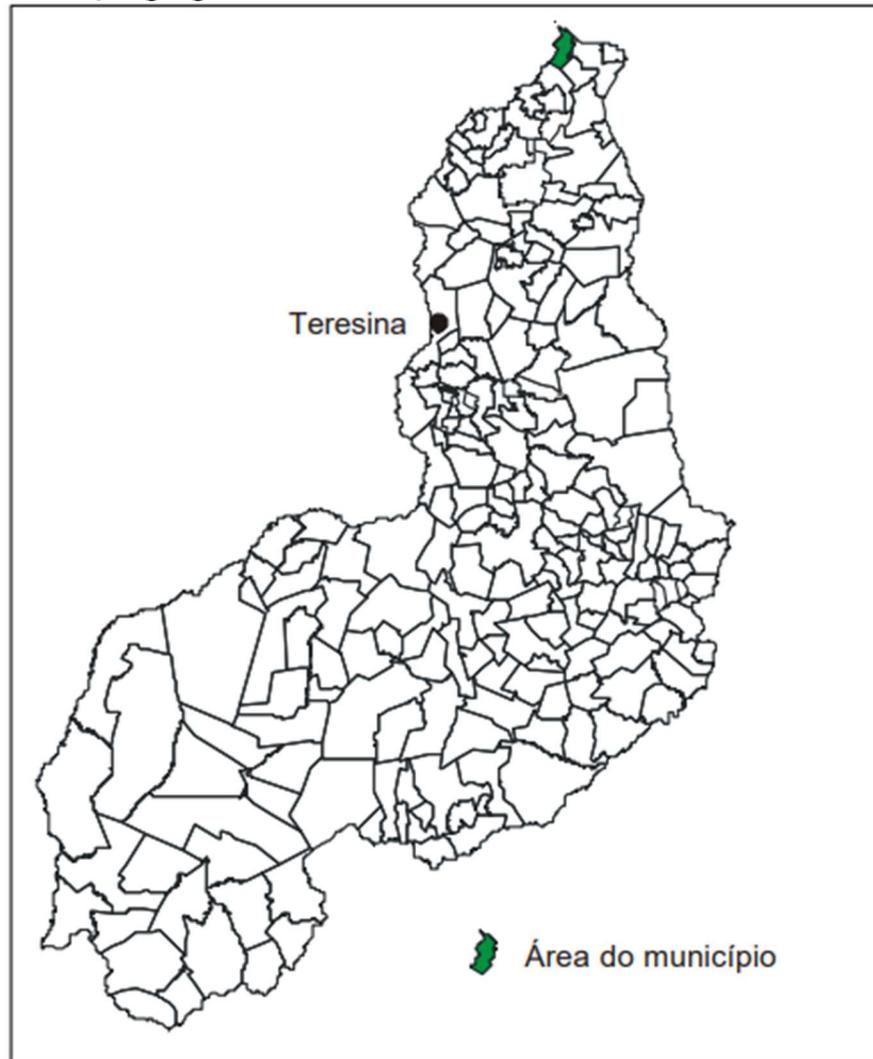
#### **3.1 Breve descrição do município de Parnaíba-PI e sua caracterização atual**

A região do Delta, povoada por índios Tremembé, foi alvo de intensa ação dos jesuítas a partir de 1607. Localizada entre o rio Igarçu e a Serra da Ibiapaba, seu nome surgiu, segundo alguns relatos, do desejo dos primeiros exploradores do Piauí prestarem homenagem ao então distrito Paulista de Parnaíba (de onde partiram as Bandeiras e cidade natal do bandeirante Domingos Jorge Velho). Outros relatos atribuem a origem do nome à da palavra da língua tupi que significa "grande rio não navegável" (IPHAN, 2023).

A partir de 1761 iniciou-se o seu desenvolvimento. Funcionava no local, nessa época, uma charqueada de propriedade de Domingos Dias da Silva, português fundador do Porto das Barcas e pioneiro da região, principalmente nos setores comercial e agrícola. O governador da Província, coronel João Pereira Caldas, instalou o município em 1762, que recebeu a denominação de São João da Parnaíba. No ano de 1844 foi elevado à condição de cidade, por meio da Resolução Provincial nº 166, de 16 de agosto do referido ano. É no ano de 1960 que o município é constituído distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada do ano de 2014 (IBGE, 2023).

O município de Parnaíba situa-se no extremo norte do estado do Piauí, é banhada pelo Rio Igarçu (1º braço do Delta do Parnaíba) e pelo Oceano Atlântico e encontra-se localizada a uma distância de 339 km da capital do estado, Teresina. A Figura 5 apresenta a localização geográfica do município.

Figura 5 – Localização geográfica - Parnaíba-PI



Fonte: Aguiar; Gomes (2004).

De acordo com o Censo 2000 do IBGE, a população na cidade era composta por 132.282 habitantes, com uma densidade demográfica de 306,92 hab./km<sup>2</sup>, onde cerca de 95% das pessoas encontravam-se na zona urbana. Com relação a educação, 78,8% da população acima de 10 anos de idade eram alfabetizadas. No ano de 2010, a população do município contava com 145.705 habitantes. O Quadro 1 apresenta, de forma sintetizada, a caracterização do município de Parnaíba quanto a População; Educação; Trabalho e Rendimento; Economia; e Território e Ambiente e apresenta os principais números do município em relação esses quesitos.

Quadro 1 - Caracterização de Parnaíba quanto a População, Educação, Trabalho e Renda, Território e Ambiente

POPULAÇÃO	
População censo [2000]	132.282
População censo [2010]	145.705
Densidade demográfica [2010]	335 hab./km <sup>2</sup>
População no último censo [2022]	162.159
EDUCAÇÃO	
Matrículas na Educação infantil [2009]	4.693
Matrículas no Ensino Fundamental [2009]	25.134
Matrículas no Ensino Médio [2009]	8.181
Matrículas na Educação Profissional [2009]	806
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,5%
TRABALHO E RENDIMENTO	
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo [2000]	38,8%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	45,1%
ECONOMIA	
PIB per capita [2000]	2.618
PIB per capita [2010]	6.645
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2000]	0,674
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,687
TERRITÓRIO E AMBIENTE	
Área da unidade territorial [2010]	435,6 km <sup>2</sup>
Urbanização de vias públicas [2010]	5,6%

Fonte: CEPRO – PI (2013); IBGE (2023).

Na tabela acima é observado que o PIB per capita em 2000 foi de 2.618 e em 2010 foi de 6.645, considerando um aumento significativo, acompanhado com o aumento do IDHM de 0,674 em 2000 para 0,687 em 2010.

Quanto à dados da educação no município, para o ano de 2010, a taxa de escolarização para a faixa etária de 6 a 14 anos era de 97,5%.

Para os dados atuais, de acordo com dados do IBGE (2023), no ano de 2022 a população era de 162.159 habitantes e a densidade demográfica era de 371,15 habitantes por quilômetro quadrado, encontrando-se em comparação com outros municípios do estado, nas posições 2 e 3 de 224.

No referente a trabalho e rendimento, no ano de 2021, o salário médio mensal encontrava-se na faixa de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 89 de 224 e 8 de 224, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, no referido ano, a proporção da população nessas condições encontrava-se em 45,1%, o que o colocava na posição 219 de 224 dentre as cidades do estado (IBGE, 2023).

No ano de 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era de 4,6 e para os anos finais, 4,5. Em um comparativo com outros municípios do estado, a cidade de Parnaíba ficou nas posições 141 e 109 de 224, respectivamente (IBGE, 2023).

No tocante aos aspectos econômicos, no ano de 2021, o PIB per capita era de R\$ 19.296,04, o que comparando a outros municípios do estado, o colocava na posição 27 de 224.

### 3.2 Natureza e instrumentos da pesquisa

Em relação ao tipo de estudo, a pesquisa assume caráter exploratório. Para tanto, se utiliza de técnica de levantamento bibliográfico e de dados secundários provenientes de pesquisa documental. Os estudos exploratórios permitem proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com a finalidade de torná-lo mais explícito ou possibilitar a construção de hipóteses (Gil, 2002; Prodanov; Freitas, 2013).

Desse modo, para atender aos objetivos propostos, uma das técnicas utilizadas foi a análise documental, esta que em sua definição se vale de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, além de ter como característica o fato de que o material pesquisado é que conduz a pesquisa (Gil, 2008). No presente estudo, a pesquisa documental buscou em registros oficiais, informações acerca do IDHM em diferentes órgãos, quais sejam: IBGE, ATLASBR, IPEA.

Tendo como objeto de análise os indicadores da dimensão renda do IDHM do município de Parnaíba (PI), utilizaram-se nesta pesquisa uma abordagem qualitativa (Creswell, 2014), esta que permite a compreensão ampla do fenômeno estudado, e quantitativa pois também se concentra em dados numéricos.

### 3.3 Itinerário Metodológico

O procedimento metodológico seguido ao longo da pesquisa é apresentado de forma esquematizada no Quadro 2.

Quadro 2 – Itinerário metodológico

(continua)

FASE	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
	Leitura “flutuante”	A pesquisa iniciou a partir do levantamento bibliográfico e elaboração do referencial teórico.

<b>I. Pré-análise</b>		Desse modo, os dados buscados seguem a construção do entendimento acerca do IDH e IDHM.
	Escolha dos documentos	Foram utilizados documentos oficiais publicados nos sites Atlas Brasil, IPEA, IBGE.
	Formulação das hipóteses e dos objetivos	Considerando a construção teórica da pesquisa e a partir da verificação dos dados em sua forma bruta, se estabeleceu um fio lógico entre o Desenvolvimento Humano, IDH, IDHM e políticas públicas de redistribuição de renda.

(conclusão)

	Organização dos dados para análise	Os dados relevantes para o cumprimento dos objetivos da pesquisa foram extraídos do Atlas Brasil, que apresenta dados relevantes sobre os indicadores que compõem o IDH e IDHM. A análise foi montada com base em aspectos de educação, longevidade e renda, com foco no indicador renda e a influência de distintas variáveis sobre o seu valor.
<b>II. Exploração do Material</b>	Codificação e Categorização	Exploração do material para determinar as temáticas e categorias abrangidas pelo Índice objeto desse estudo.
<b>III. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação</b>	Análise Descritiva	Empregou-se a análise descritiva para apresentar os dados referentes ao IDHM do município de Parnaíba – PI.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Mora (2018).

Na fase de Pré-análise foi realizada a leitura “flutuante”, esta que deu base para a construção da revisão bibliográfica e elaboração do referencial teórico. Verifica-se a partir da construção da base teórica, que a pesquisa buscou estabelecer uma coesão a respeito do tema, visto que a análise de dados considerou as variáveis que influenciam os indicadores considerados pelo IDHM.

A análise documental baseia-se nos aspectos de longevidade, educação e renda, com foco no indicador renda que compõem o referido índice. A base para investigação foi a busca em sites oficiais do Atlas, IPEA, IBGE, o que possibilitou a realização de posterior análise.

Para a exploração do material, sendo este formado por dados fornecidos pelas fontes consideradas, procedeu-se com a análise a partir dos dados secundários obtidos. Para tanto, foi feita em sequência a categorização, considerando os diferentes indicadores e os fatores que possuem influencia na variável renda durante o período considerado. Na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação foi realizada a análise descritiva acerca dos dados obtidos, após a categorização.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção tem o objetivo de evidenciar aspectos referentes ao IDHM do município de Parnaíba – PI durante o período 2000-2010 e apresentar discussão referente aos dados obtidos no tocante aos diferentes indicadores, além de verificar a influência de políticas de redistribuição de renda sobre este índice no município.

### 4.1 Análise do IDHM do município de Parnaíba – PI entre os anos de 1991, 2000 e 2010

A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao IDHM do município de Parnaíba – PI, considerando a série histórica do ano de 1991 ao intervalo que é de interesse do presente estudo, o período que compreende os anos de 2000 à 2010. Por meio da tabela é possível realizar uma análise em relação ao Ranking Brasil, considerando também, o estado do Piauí.

Tabela 1 – Ranking IDHM Brasil, Piauí e Parnaíba: variação dos anos 1991, 2000 e 2010.

Ano	PARNAÍBA					
	Ranking IDHM no Brasil	Ranking IDHM no Estado	IDHM	Dimensões do IDHM		
				Renda	Longevidade	Educação
1991	2.237°	5°	0,414	0,517	0,599	0,229
2000	2.563°	3°	0,546	0,603	0,709	0,381
2010	2.251°	4°	0,687	0,658	0,816	0,604
Ano	Posicionamento no Ranking em relação ao ano anterior		Evolução percentual em relação ao ano anterior			
1991 - 2000	-326	2	31,88%	16,63%	18,36%	66,37%
2000 - 2010	312	-1	25,82%	9,12%	15,09%	58,53%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Atlas Brasil (2023); Palmisano; Lima (2020).

Legenda:

IDHM	Conceitos
0,0 – 0,499	Muito Baixo
0,500 – 0,599	Baixo
0,600 – 0,699	Médio
0,700 – 0,799	Alto
0,800 – 1,0	Muito Alto

Através dos dados obtidos, é possível observar que houve uma evolução considerável do IDHM do município no intervalo considerado (2000-2010), passando de um conceito baixo a um nível médio. Houve uma melhora no ranking em relação aos demais municípios brasileiros, no entanto, no estado do Piauí, o município passou da 3<sup>o</sup> para a 4<sup>o</sup> colocação.

No tocante à dimensão renda, verifica-se que houve uma variação de 9,02% no intervalo de 2000 a 2010. Acerca do IDHM Renda, cabe considerar que este leva em consideração a renda per capita da população, ou seja, a renda mensal dos indivíduos residentes no município, expressa em reais. Como discorre Souza (2018), para seu cálculo, aplica-se a fórmula:

$$IDHM - R = \frac{[\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}{[\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}$$

A aplicação do logaritmo na fórmula diminui as disparidades entre os maiores e menores valores de renda per capita e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Cabe ressaltar que esse procedimento considera que, à medida que a renda per capita se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui (Atlas Brasil, 2013; Souza, 2018).

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades expõe claramente mais uma vez, a ideia de que a renda baixa é claramente uma das principais causas da pobreza, visto que a falta de renda pode ser uma razão da privação de capacidade de uma pessoa. Desse modo, considera-se que é relevante o investimento em educação, nos serviços básicos de saúde, entre outros, para as pessoas auferirem renda e assim, livrarem-se da pobreza medida pela renda (Souza, 2018).

O Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* da cidade variou no período considerado, de 0,6516 no ano de 2000 para 0,5772 no ano de 2010 (DATASUS, 2023). O referido índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e numericamente, varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, menor o nível de concentração de renda. Durante o período considerado, é possível visualizar que houve uma redução no valor desse índice para o município de Parnaíba, o que aponta que a implementação de políticas de redistribuição de renda estavam sendo efetivas quanto a sua finalidade.

Assim, no intervalo considerado é perceptível que ocorreu uma evolução no nível de renda, o que pode ser atribuído ao aprimoramento das políticas públicas de redistribuição de

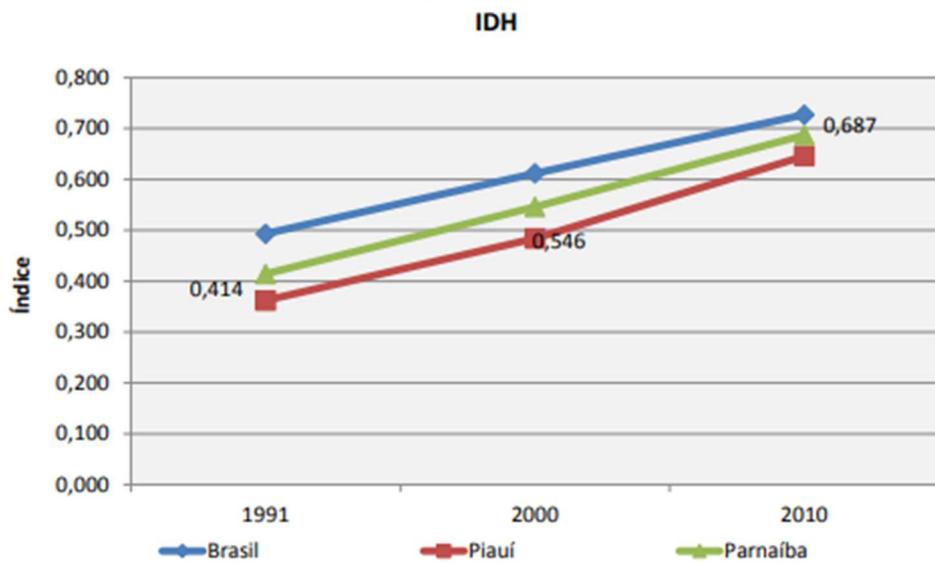
renda já existentes antes do período considerado, assim como, à instituição de outras políticas, programas e/ou projetos.

O destaque para os dados obtidos, no entanto, encontra-se na dimensão longevidade, esta que apresentou um IDHM de 0,816, valor considerado muito alto, de acordo com os parâmetros de cálculo do IDHM. Como ressalta o Atlas Brasil (2023), a promoção do Desenvolvimento Humano requer a garantia de um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade para que as pessoas possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental. Desse modo, considera-se relevante a elevação no nível de longevidade observado ao longo dos anos pelo Índice considerado.

No referente aos níveis de educação apresentados pelo município de Parnaíba, é relevante ressaltar a elevação considerável em 58,53% no IDHM Educação, fato que contribui diretamente para os níveis de desenvolvimento no referido município. Expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro amplia os horizontes e as perspectivas de vida (Atlas Brasil, 2023).

A Figura 6 apresenta a evolução do IDH do Brasil, do estado do Piauí e IDHM obtido para o município de Parnaíba – PI.

Figura 6 – Evolução do IDHM do município de Parnaíba – PI.



Fonte: Lima *et al.* (2019).

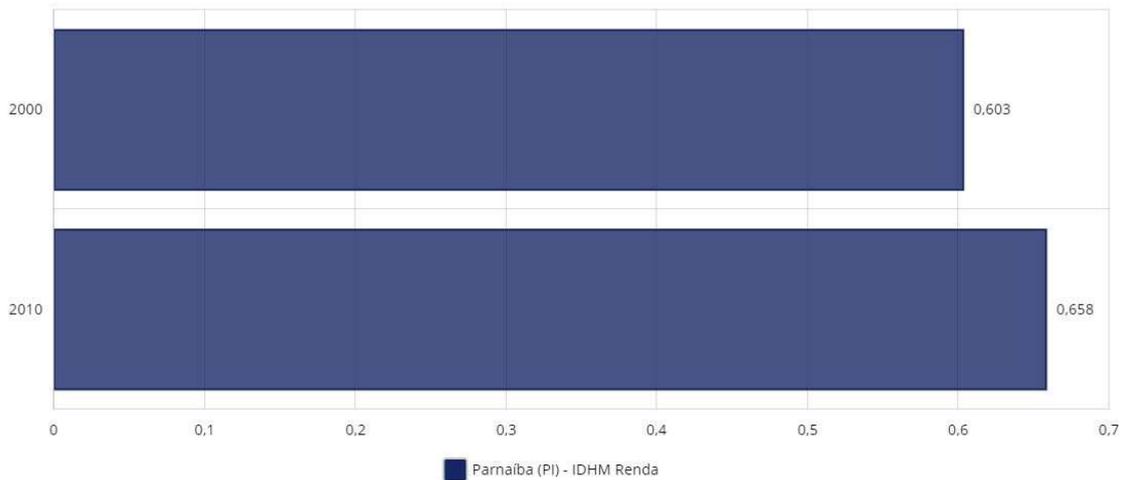
Conforme discorrem Menezes e Possamai (2016), além de lançar luz sobre os diferentes graus de desenvolvimento existentes no interior de um mesmo município, o IDHM identifica também, tendências de longo prazo. Este Índice se tornou uma medida relevante que favorece análises e acompanhamento da evolução da qualidade de vida dos brasileiros, no local onde efetivamente vivem. Ademais, auxilia gestores e formuladores de políticas

públicas, assim como gestores do setor privado, além de servir como instrumento de comparação e priorização, de horizonte normativo à tomada de decisão e ao planejamento.

#### 4.2 Análise do IDHM do município de Parnaíba – PI entre os anos de 2000 e 2010 sob a ótica da renda e efeitos das políticas de redistribuição de renda

A Figura 7 apresenta a variação do IDHM Renda para o município de Parnaíba – PI entre os anos 2000 e 2010.

Figura 7 – IDHM Renda do município de Parnaíba – PI no intervalo entre 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2023.

Reitera-se por meio do gráfico a evolução perceptível entre os anos 2000 e 2010 para o índice da renda do município. Além disso, de acordo com os dados obtidos por meio do ranking do Atlas Brasil (2023), em relação aos demais municípios do estado, Parnaíba se colocou em terceiro lugar no IDHM Renda do Piauí no ano de 2000, enquanto no ano de 2010, apesar da evolução visualizada, foi o quarto município com maior IDHM Renda. Tal fato se deu pela elevação considerável de três outros municípios do estado: Teresina, Floriano e Picos.

Cabe salientar que no ano de 2010, o município de Parnaíba apresentava o segundo maior PIB do estado (R\$ 967.408,00), ficando atrás apenas da capital Teresina (IBGE, 2010). No entanto, como se verifica, tal fator não vai ao encontro do resultado obtido pelo IDHM, no qual o município se encontrava na 4ª posição em relação aos demais pertencentes ao estado.

No referente à renda per capita mensal registrados entre os anos 2000 e 2010, é perceptível um crescimento no nível da renda do município. A renda per capita mensal no município era de R\$ 340,35, em 2000, e de R\$ 479,58, em 2010, a preços de agosto de 2010. De acordo com dados do Atlas Brasil, no ano de 2010 a renda per capita mensal aumentou em 40,91%, o percentual de pobres apresentou redução de 26,51% e o índice de Gini diminuiu 0,08 desde o ano de 2000.

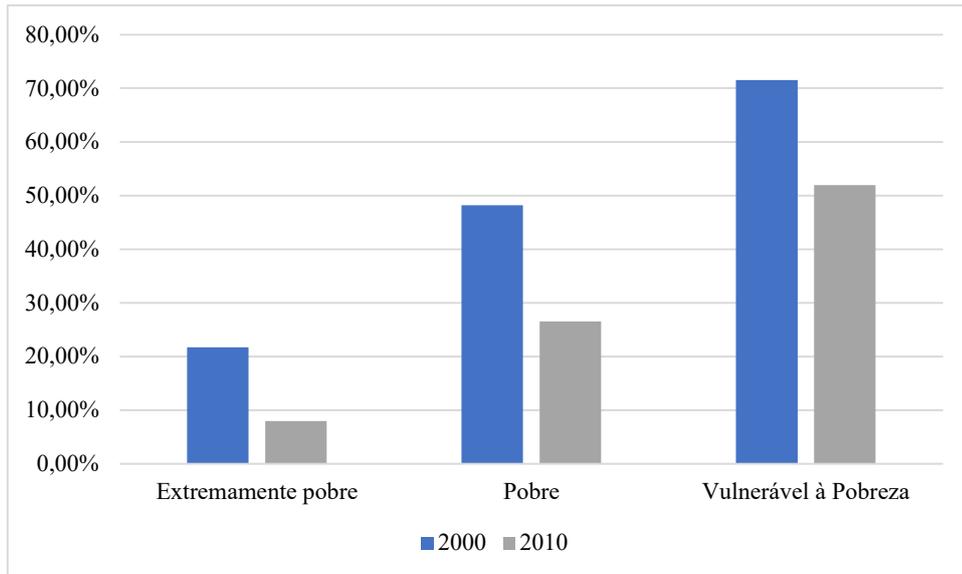
Nesse sentido, é relevante ressaltar a importância dos programas de transferência de renda para a evolução verificada na Figura 6, uma vez que, conforme discorrem Marinho, Linhares e Campelo (2011, p. 267), “o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade da distribuição de renda”. A década de 2000/2010 foi um período no qual houve um aprimoramento em políticas públicas já existentes, assim como a formulação de novas, fato que impactou positivamente o nível de renda da população não apenas a nível nacional, mas também, a nível de município.

O Programa Bolsa Família foi resultado, no ano de 2003, da fusão de quatro programas até então existentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Posteriormente foi instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Teve como duplo objetivo o combate à pobreza no curto prazo via transferências de renda e a redução da pobreza no longo prazo via incentivo à acumulação de capital humano das futuras gerações (Souza, 2011). Conforme ressalta o autor, outros dois programas assistenciais de transferência de renda são o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS) e o benefício da aposentadoria rural.

De acordo com dados do Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município, disponibilizado pelo portal Gov., no início de 2024 o município de Parnaíba contempla com 18.737 famílias, com um total de 53.814 pessoas beneficiadas, assim, com um investimento de R\$ 13.015.949,00 e um benefício médio de R\$ 694,67 fomentando a economia local.

Acerca da temática pobreza, no Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010), respectivamente. A Figura 8 apresenta os percentuais acerca da pobreza e vulnerabilidade à pobreza no período considerado.

Figura 8 – Percentual de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza (Parnaíba – PI, 2000-2010).

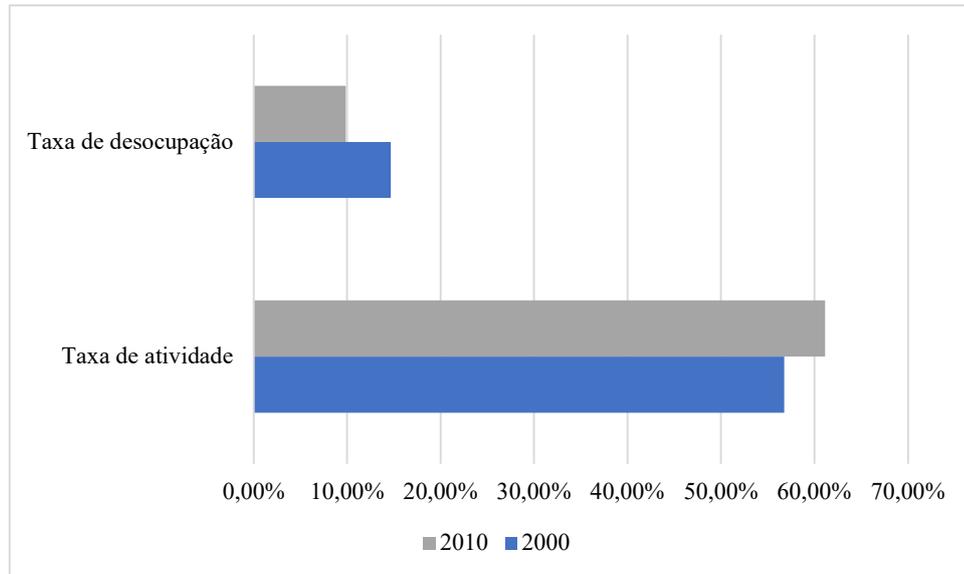


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Atlas Brasil, 2023.

Conforme se verifica, no ano de 2000, 21,68% da população de Parnaíba era extremamente pobre, 48,18% se classificava como pobre e 71,50% eram vulneráveis à pobreza. Por sua vez, no ano de 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 7,96%, 26,51% e 51,94%. A partir dos dados é possível visualizar que as políticas implementadas, como o PBF apresentaram relevante importância, visto que houve uma considerável redução (-13,72%) no percentual da população que se encontrava em situação de extrema pobreza. Assim como se verifica uma redução no percentual de pobres (-21,67%) e vulneráveis a pobreza (-19,56%).

Um outro indicador evidenciado nos dados do Atlas Brasil, foi a elevação da taxa de atividade, onde a população economicamente ativa passou de 56,76% para 61,13%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 14,67% para 9,86%.

Figura 9 – Taxa de atividade e situação ocupacional (2000/2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Atlas Brasil, 2023.

Cabe ressaltar, portanto, a importância da realização de alguns ajustes na focalização das políticas, a exemplo do PBF. Existem espaços e dimensões no desenho do programa que podem potencializar os efeitos da promoção e ampliação do investimento em capital humano de crianças e jovens em situação de pobreza. Melhorias de focalização por meio do cruzamento de dados do Cadastro Único, este que contém informações das pesquisas domiciliares como a PNAD e o censo do IBGE e a criação de novos incentivos para o aluno estudar (Souza, 2011), podem evidentemente, promover um IDHM ainda melhor no referente a questões de Renda, Educação e Longevidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo, analisar a influência das políticas de redistribuição de renda referentes ao IDHM do município de Parnaíba – PI para os anos de 2000 a 2010. Além de realizar um estudo afim de entender o conceito de Desenvolvimento Humano, IDH e IDHM, verificar a influência das políticas de distribuição de renda no contexto da evolução do Índice no período de tempo considerado e evidenciar de que forma as políticas de redistribuição de renda funcionam como importante instrumento de melhora no IDHM.

Os resultados obtidos apontam que houve uma evolução considerável no IDHM do município de Parnaíba, tanto em termos de longevidade, apresentando um elevado nível, como em termos de educação e renda. Em uma análise sobre o IDHM Renda, o percentual

de elevação na faixa dos 9% ocorridos na década analisada mostram que a elaboração e aprimoramento de políticas públicas antes existentes, foram responsáveis pelo fomento a esta elevação observada. Ademais, houve elevação, para além das políticas de redistribuição, dos níveis de emprego, fator que estimula ganhos de renda e favorece o DH.

Portanto, verificou-se que as políticas públicas implementadas e aprimoradas durante o período considerado foram relevantes para a melhoria ocorrida no IDHM de Parnaíba – PI, dentre as quais se insere o PBF.

Sob uma perspectiva futura do índice, já que os recentes dados do IBGE e ATLAS ainda não mensuram, poderemos ter uma melhora com a ampliação dos programas de redistribuição de renda, aumento dos valores referente ao PBF.

No entanto, cabe considerar que muito além da simples transferência de renda encontra-se a necessidade existente nos diferentes municípios, como é o caso de Parnaíba, de ir além de política focalizada. Desse modo, é importante que os governos se atentem para a necessidade de fomentar a elevação dos níveis de educação, fator que possibilita à população, melhores condições de inserção no mercado de trabalho (capital humano) e consequentemente, influencia consequentes ganhos de renda.

Como sugestão para estudos futuros, pode-se considerar realizar uma análise focalizada não apenas no município de Parnaíba, mas em todo o Piauí, utilizando dados do último censo do IBGE, além de informações e estatísticas fornecidas pelo Atlas Brasil.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. C. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí:** diagnóstico do município de Parnaíba. CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2004. Disponível em: [https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16371/1/Rel\\_Parnaiba.pdf](https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16371/1/Rel_Parnaiba.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – ATLAS BRASIL. **Ranking**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 21 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Você sabe o que é Desenvolvimento Humano?** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BACELLAR, T. J. S.; FREITAS, T. G.; PINTO, N. G. M. Programas de redistribuição de renda: as propostas dos 13 presidenciáveis nas eleições brasileiras de 2018. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 9, n. 17, 2020.

BARROS, R.; STROPARO, T. R.; MIKUSKA, R. Políticas públicas e evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) nos municípios que compõe a AMCESPAR. **LAJBM**, v. 11, n. 2, p. 34-46, jul./dez. 2020.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs). **Desigualdade de Renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2006, v. 2, 446 p.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Gestão social:** como obter eficiência e impacto nas políticas sociais. Brasília: Enap, 2007.

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Piauí.** 2023. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipi.def>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 935–955, 2018.

GOR, S. O.; GITAU, C. M. Rethinking the HDI: a more theoretically consistent alternative. **OIDA International Journal of Sustainable Development**, v. 1, n. 5, p. 85-90, 2010.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, mai. 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Parnaíba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/pesquisa/38/47001?tipo=grafico&ano=2010>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **História – Parnaíba (PI)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1453/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza**. Brasília: IPEA, 1997.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L.; LUI, L.; AGUIAR, R. B. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.

LIMA, L. D. *et al.* **Informações socioeconômicas municipais – Município: Parnaíba Piauí**. Etene – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45799/1016353/Parna%C3%ADba-PI+-+2019.pdf/9de4d44b-0cef-f102-d35f-47a856ebc458?version=1.0&t=1646848056202>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MARINHO, E.; LINHARES, F. CAMPELO, G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, p. 267-288, 2011.

MENEZES, D. B.; POSSAMAI, A. J. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDHM-U): proposta de um novo índice sintético para as Regiões Metropolitanas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 43, n. 3, 2016.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social - Uma Introdução à Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 358p.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é Desenvolvimento Humano**. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh#:~:text=O%20conceito%20de%20desenvolvimento%20humano,serem%20aquilo%20que%20desejam%20ser>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 9, n. 1, 2005.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal de Que Se Trata?** 3 ed. FGV, Rio de Janeiro, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, F. V. *et al.* **Programas de transferências de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade e pobreza**. Brasília: IPEA, 2006.

SOUZA, A. P. Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa Família. In: BACHA, E. L.; SCHWARTZMAN, S. (Orgs.). **Brasil: A nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011, p. 166-186.

SOUZA, J. L. **O que é? IDH**. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2144:catid=28&option=com\\_content](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2144:catid=28&option=com_content). Acesso em: 20 dez. 2023.

SOUZA, A. C. P. A. **O índice de Desenvolvimento Humano Municipal:** uma análise multidimensional do desenvolvimento humano no município de Niterói (2000-2010). 72 p. Monografia (Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí – CEPRO. **Diagnóstico socioeconômico:** município Parnaíba. 2013. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27\\_61e146ba45.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_61e146ba45.pdf). Acesso em: 21 dez. 2023.

WENTROBA, J. C.; BOTELHO, L. L. R. A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. **Revista Orbis Latina**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2021.

YASBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n.2, São Paulo, abr./jun. 2004.

Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município: Conhecer para incluir. Disponível em: [aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html](http://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html). Acesso em: 19 fev. 2024.